

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
2 **(CIB) SANTA CATARINA**

3 ATA Nº 01/2013

4 Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e treze, às quatorze  
5 horas, no auditório da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e  
6 Habitação (SST/SC), em Florianópolis, realizou-se Reunião Plenária  
7 Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social  
8 (CIB/SC) sob a coordenação de Simone Cristina Vieira Machado  
9 (coordenadora em exercício), com a presença dos seguintes membros:  
10 representantes da SST/SC – Daniela Barbosa Pacheco, Renata Nunes,  
11 Kátia Ribeiro Freitas, Valéria Medeiros, Jerônimo Luiz Duarte Maia, e  
12 representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de  
13 Assistência Social (COEGEMAS) – Oclides Gonçalves Rodrigues (Imaruí),  
14 Irene Ferrari Guarda (Cerro Negro), Claudete Maria Fabiani (São Miguel  
15 D’oeste), Beatriz Ribeiro dos Santos (Caçador), Maria Jussara Pamplona  
16 (Itajaí), Alessandro Balbi Abreu (Capital). Ainda estavam presentes, a  
17 presidente interina do COEGEMAS/SC, Ana Cláudia da Silveira Quege,  
18 gerentes da Diretoria de Assistência Social – DIAS/ SST, gestores  
19 municipais, representantes da câmara técnica, associações de municípios e  
20 secretarias regionais, cuja lista de presença segue anexa. A coordenadora  
21 iniciou a reunião desejando boas vindas aos novos membros da CIB e a  
22 todos os presentes, destacando a importância da participação dos gestores  
23 municipais no COEGEMAS e CIB. Em seguida, a secretária executiva,  
24 Liliane Sena, efetuou a leitura da ata da reunião anterior. Após lida foram  
25 feitas as seguintes alterações: “O município de Joinville entregou a  
26 declaração em tempo hábil, e mais dois municípios também haviam  
27 entregue a documentação para construção de CRAS”. Após retificação, a  
28 ata foi aprovada pelos membros da mesa. Dando continuidade, a  
29 coordenadora apresentou o edital de convocação. Em discussão, foi  
30 solicitada a inclusão dos seguintes itens: proposta de reunião extraordinária  
31 da CIB e Câmara Técnica, indicação dos membros da CIB (titular e suplente)  
32 para participar do Grupo de Trabalho sobre a Lei do SUAS, e pactuação de  
33 prazo para elaboração e entrega dos planos estadual e municipais de  
34 assistência social. Após, a ordem do dia foi aprovada pelos membros da  
35 mesa: **1º – Pactuação de habilitação de municípios para gestão básica**  
36 **do SUAS dos municípios de Pinheiro Preto, Meleiro, Botuverá e**  
37 **Princesa.** Ana Paula, membro da câmara técnica, solicita prorrogação para  
38 que o processo do município de Pinheiro Preto seja analisado com maior  
39 profundidade na próxima reunião da Câmara Técnica. As técnicas Loreci  
40 Glau e Letícia Martins apresentaram os resultados das análises dos  
41 processos dos municípios de Meleiro, Botuverá e Princesa, apresentando

42 algumas dificuldades dos municípios em comprovarem a estrutura da  
43 gestão, organização e funcionamento dos Conselhos Municipais da  
44 Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como  
45 o funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS),  
46 de acordo com os requisitos para habilitação em gestão básica dispostos na  
47 NOB SUAS 2005. Ainda foi ressaltado que os municípios de Botuvera,  
48 Princesa e Meleiro teriam o prazo até 28 (vinte e oito) de fevereiro para  
49 comprovar a habilitação em gestão básica para regularizar a situação de  
50 desbloqueio de recursos referente ao cofinanciamento federal para serviço  
51 de proteção social básica. Após discussão, a comissão pactuou a habilitação  
52 em gestão básica do município de Meleiro, e as habilitações em gestão  
53 básica dos municípios de Botuverá e Princesa, com as seguintes ressalvas e  
54 considerações: recomendar que o Estado preste apoio técnico aos  
55 municípios para o aprimoramento da gestão e a organização dos serviços,  
56 programas, projetos e benefícios socioassistenciais, considerando as  
57 recomendações da Câmara Técnica da CIB/SC; indicar que o Estado solicite  
58 ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e Conselho Estadual  
59 dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, respectivamente, a  
60 prestação de apoio e orientação para aprimoramento da organização e  
61 funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho  
62 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Ainda foi  
63 acordado que o processo de habilitação do município de Pinheiro Preto será  
64 analisado na próxima reunião da Câmara Técnica. Foi lembrado que este  
65 município teve o cancelamento de recursos referente ao cofinanciamento  
66 federal para serviço de proteção social básica. No entanto foi ressaltada a  
67 importância do município dar continuidade ao processo para participar de  
68 possíveis expansões de cofinanciamento. **2º Plano Operacional de**  
69 **Capacitação do SUAS para 2013/ Plano Estadual de Capacitação –**  
70 **PECSUAS/SC.** A analista técnica da Gerência de Gestão da Política de  
71 Assistência Social (GEPAS-SST) apresentou a relação de capacitações,  
72 especificando as gerências responsáveis, público alvo, local, fonte de  
73 recursos, patamar formativo, modalidade e status. Durante a apresentação  
74 foi informado que as execuções de algumas capacitações já estavam  
75 previstas para 2012, e que alguns cursos já foram encaminhados para  
76 processo licitatório. Na ocasião, Loreci Glau, membro da Câmara Técnica,  
77 questionou sobre os prazos para o término dos processos licitatórios. Kátia  
78 Freitas, representante da SST/SC, informou que os processos iniciaram no  
79 ano passado, e que já foram feitos os orçamentos com as instituições de  
80 ensino superior, esperando que até abril sejam iniciados os cursos. Após  
81 discussão, o plano operacional foi pactuado. A coordenadora informou que o  
82 plano operacional das capacitações estará disponível no site da secretaria.

83 **3º Cofinanciamento Estadual de Serviços de Proteção Social Especial**  
84 **de Média e Alta Complexidade.** A analista técnica da Gerência de Proteção  
85 Social Especial (GEPES-SST), Renata Nunes, apresentou as minutas de  
86 resoluções que dispõe sobre a seleção de municípios aptos a receberem os  
87 referidos cofinanciamentos, conforme discussão realizada na Câmara  
88 Técnica. A técnica destacou que os critérios para seleção destes municípios  
89 já foram estabelecidos em 2008. Para os serviços de Proteção Social  
90 Especial de Média Complexidade foi destinado o valor de R\$ 3.041.280,00  
91 (três milhões, quarenta e um mil e duzentos e oitenta reais), alocados no  
92 Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/SC aos 30 (trinta) municípios  
93 elencados na Resolução nº 04, de 15 de Fevereiro de 2012, e aos 7 (sete)  
94 municípios elencados na Resolução nº 15, de 27 de agosto de 2012,  
95 totalizando 37 (trinta e sete) municípios. Para os serviços de Proteção Social  
96 Especial de Alta Complexidade foi destinado o valor de R\$ 4.503.840,00  
97 (quatro milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e quarenta reais), alocado  
98 no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o cofinanciamento  
99 estadual de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade aos  
100 115 (cento e quinze) municípios elencados na Resolução nº 05, de 15 de  
101 Fevereiro de 2012, acrescido de mais 11 (onze) municípios apresentados na  
102 mesma Resolução, os quais foram acionados em caso de desistência ou  
103 não apresentação de documentos dos municípios contemplados, perfazendo  
104 o total de 126 (cento e vinte e seis) municípios cofinanciados. Foi proposta a  
105 manutenção dos percentuais de 60% (sessenta por cento) para custeio e de  
106 40% (quarenta por cento) para investimento. No que se refere aos  
107 procedimentos à câmara técnica apresentou a seguinte proposta: “a partir da  
108 publicação da Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social -  
109 CEAS, a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação –  
110 SST/SC fará comunicação aos municípios selecionados por meio de ofício  
111 destinado ao Prefeito Municipal e de e-mail ao gestor municipal da  
112 Assistência Social”. Em relação aos prazos foi apresentada a seguinte  
113 proposta: “o município terá 30 (trinta dias), a partir do recebimento da  
114 comunicação oficial, para a entrega da documentação completa na Gerência  
115 de Convênios e Contratos da SST/SC”. Para finalizar destacou que “na  
116 ocorrência da não entrega da documentação, o saldo remanescente será  
117 objeto de nova pactuação”. Na ocasião, Daniela Barbosa, gerente de  
118 Contratos e Convênios comunicou aos presentes que até sexta-feira será  
119 disponibilizado no site relação dos documentos necessários para habilitação  
120 deste cofinanciamento, destacando que vai haver duas listagens de  
121 documentos, uma para os municípios que já receberam cofinanciamento e  
122 outra para os municípios que nunca receberam cofinanciamento, destacando  
123 que os municípios que tiveram mudança de prefeitos e gestor também

124 precisam enviar documentação. Daniela solicitou que os municípios já vão  
125 providenciando a documentação, antes mesmo de iniciar o prazo, para que  
126 não haja necessidade de prorrogação de prazo, ocorrendo atraso no  
127 repasse de recursos. A gerente apresentou duas propostas para agilizar o  
128 processo de repasse: a primeira refere-se ao prazo não ficar vinculado à  
129 publicação da resolução do Conselho Estadual de Assistência Social -  
130 CEAS, mas estabelecer um prazo de entrega da documentação, definindo  
131 uma data, e já prevendo o tempo que esta resolução vai ser publicada. A  
132 segunda proposta é a câmara técnica já elencar uma lista de espera,  
133 considerando os critérios anteriores. Destacou que este processo acelera o  
134 repasse de recursos em caso de saldo remanescente. No momento, Daniela  
135 apresentou também a proposta do Secretário de Estado no que se refere ao  
136 Cronograma de Desembolso: realizar repasses de recursos em parcela  
137 única, equivalente a 40% (quarenta por cento) para investimento, e realizar  
138 repasses de recursos, mensalmente, equivalente a 60% (sessenta por  
139 cento) para custeio, referente ao cofinanciamento estadual. Em discussão,  
140 Káthia Muller, membro da Câmara Técnica, ressaltou que há ainda um  
141 orçamento muito restrito, já que o Estado tem 82 (oitenta e dois) municípios  
142 com CREAS, e somente 37 (trinta e sete) municípios irão receber  
143 cofinanciamento. A coordenadora informou que já houve uma  
144 suplementação do valor para atender esses municípios. Nos serviços de  
145 Média Complexidade foram mais R\$ 475.200,00 (quatrocentos e setenta e  
146 cinco mil e duzentos reais), e na Alta Complexidade foram mais R\$  
147 153.120,00 (cento e cinquenta e três mil e vinte reais), para  
148 conseguir chegar nesta proposta de pactuação. Jerônimo Duarte, Gerente  
149 de Planejamento e Avaliação, falou sobre a possibilidade de incremento do  
150 orçamento, e que a SST está trabalhando junto a Secretaria da Fazenda  
151 para aumento de recursos. Informou que em 2012 a SST teve sete milhões  
152 de recursos provenientes da fonte 0261 (recursos do fundo social), e que  
153 este ano a previsão é 14 milhões, representando um incremento de 100%  
154 (cem por cento). Saliou que o governo, ao longo do tempo, tem  
155 contingenciado os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social  
156 (FEAS), proveniente da fonte 0100 (recursos do tesouro), mas que há  
157 possibilidade de reprogramação e incremento de recursos. A coordenadora  
158 colocou o assunto em discussão. Vânia, representante do CEAS, falou da  
159 importância desta pactuação primeiro ser deliberada no CEAS, para depois  
160 divulgar aos municípios os prazos e procedimentos. Na ocasião, Daniela  
161 externou a preocupação enquanto secretaria com a possibilidade de atrasos  
162 de repasses de recursos. Alguns convidados expuseram a necessidade de  
163 organizar e modernizar o repasse fundo a fundo no formato como acontece  
164 no MDS, consolidando um sistema de informação, já que o repasse é

165 continuado e todos os anos os municípios têm que enviar a mesma lista de  
166 documento. Destacou-se ainda a necessidade de pactuar somente as  
167 expansões de cofinanciamento. Ana Paula, membro da Câmara Técnica,  
168 falou da necessidade de atualizar as legislações relacionadas ao fundo,  
169 inserindo a possibilidade de pagamento de pessoal na utilização do  
170 cofinanciamento, como ocorre em âmbito federal. Daniela informou que o  
171 repasse no Estado já é fundo a fundo, e que a documentação é obrigatória e  
172 deve ser anualmente atualizada, conforme orientações do Tribunal de  
173 Contas e Procuradoria do Estado, e que há somente a necessidade da  
174 regularização da transferência mensal. Após discussão, foram pactuados  
175 prazo e procedimento das seguintes formas: conceder o prazo até 5 (cinco)  
176 de abril de 2013 para a entrega da documentação completa na Gerência de  
177 Contratos e Convênios da SST/SC, e que a SST/SC, a partir desta  
178 resolução, efetue comunicação aos municípios selecionados por meio de  
179 ofício destinado ao Prefeito Municipal e de e-mail ao Gestor Municipal da  
180 Assistência Social, informando sobre os procedimentos e documentos  
181 necessários para repasse dos recursos financeiros. Após, foi pactuado a  
182 proposição de cronograma de desembolso: realizar repasses de recursos  
183 em parcela única, equivalente a 40% (quarenta por cento) para investimento,  
184 e realizar repasses de recursos, mensalmente, equivalente a 60% (sessenta  
185 por cento) para custeio, referente ao cofinanciamento estadual. Ainda foi  
186 solicitado a Câmara Técnica a realização de estudos de critérios para  
187 seleção de municípios a constituírem a lista de espera na ocorrência de  
188 saldo remanescente do cofinanciamento de Serviços de Proteção Social  
189 Especial de Média e Alta Complexidade. **4º Estabelecimento de prazos  
190 para entrega e elaboração dos Planos Municipais e Estadual de  
191 Assistência Social do Estado de Santa Catarina.** A coordenadora  
192 informou que as oficinas temáticas para elaboração dos planos municipais  
193 se constituem num trabalho em três etapas, que irão concluir com a  
194 construção do plano municipal, e que com isso pretendem consolidar a  
195 construção do plano estadual. Informou que a Secretaria pretende iniciar as  
196 oficinas a partir de abril e concluir a última etapa no mês de junho. Nesse  
197 sentido, apresentou a proposta de prazo para entrega do plano até 30 (trinta)  
198 de julho. Janice Merigo manifestou sua opinião dizendo que os planos não  
199 devem ser elaborados em gabinete ou nas capacitações, mas é necessário  
200 desencadear um processo de participação com os usuários, conselheiros e  
201 entidades. Ainda lembrou que não houve devolutiva e socialização em  
202 relação aos planos municipais entregues anteriormente ao Estado. Após  
203 discussão foram pactuados os seguintes prazos: até setembro de 2013 para  
204 que os municípios entreguem os Planos Municipais de Assistência Social à  
205 SST/SC, e até dezembro de 2013 para que o Estado elabore seu Plano

206 Estadual de Assistência Social. **5º Convocação Reunião Extraordinária da**  
207 **CIB/SC.** Simone convocou reunião Extraordinária da CIB/SC para 27 de  
208 março de 2013, com as seguintes pautas: Cofinanciamento Estadual  
209 Benefícios Eventuais 2013 e Cofinanciamento Estadual Construções de  
210 Equipamentos (CREAS e Centros Dia) – Recursos BNDES. Na  
211 oportunidade, a coordenadora entregou oficialmente a Câmara Técnica  
212 Minuta do novo regimento interno da CIB/SC e resolução que institui a  
213 Câmara Técnica permanente para estudo e análise, e pactuação na próxima  
214 reunião ordinária da CIB/SC. **6º Indicação dos membros da CIB/SC para**  
215 **composição do Grupo de Trabalho para elaboração da Lei que institui o**  
216 **SUAS/SC.** A comissão indicou os seguintes membros: Oclides Gonçalves  
217 Rodrigues (titular) e Beatriz Ribeiro dos Santos (suplente). **7º Informes .** A  
218 Diretora de Assistência Social informou sobre o cofinanciamento para  
219 construção de CRAS, CREAS e Centros Dia, com recursos do BNDES,  
220 mencionando que os municípios inseridos nas Resoluções CIB de 2010,  
221 2011 e 2012, e que entregaram as declarações solicitadas no ano passado,  
222 já foram chamados pela Secretaria de Estado. Informou ainda que entra  
223 agora na discussão da CIB os próximos municípios a serem contemplados.  
224 Destacou que existem municípios que fazem parte da lista de espera e com  
225 situações pendentes, e que esses também serão contactados, para verificar  
226 o interesse pelo equipamento e se estão habilitados para o cofinanciamento.  
227 Concluiu que a secretaria fez o movimento de trazer os municípios  
228 contemplados nas resoluções para atendimento do pacto porque precisa  
229 elencar os municípios a serem inseridos nas construções para atender o  
230 fluxo de edital de licitação. Os municípios contemplados poderão entrar em  
231 contato com a Diretoria de Assistência Social – DIAS/SST ou Gerência de  
232 Proteção Social Básica - GEPSB para esclarecimentos de dúvidas. Sobre as  
233 conferências municipais, a Diretora informou que a Secretaria pretende  
234 realizar um encontro para realizar orientações em relação às conferências  
235 municipais. Kátia Freitas comunicou que na próxima reunião será feito  
236 informe sobre o andamento do capacitaSUAS. Ana Paula Medeiros, membro  
237 da Câmara Técnica, informou sobre a necessidade de revisão do parágrafo  
238 2º do artigo 5º da Portaria nº 024/2013, que dispõe “Nas Câmaras Técnicas  
239 poderão participar técnicos, juntamente com seus respectivos Secretários  
240 Municipais”. No momento ficou acordado que a Câmara Técnica fará  
241 elaboração de nota técnica sobre a matéria. A coordenadora da CIB  
242 agradeceu a presença de todos os membros da CIB e convidados. Nada  
243 mais havendo a tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB, lavrei a  
244 presente ata.